

VOTO FEMININO

Primeiros países a concederem o voto feminino.

Suécia (1862)

Finlândia (1907)

Noruega (1913)

Dinamarca (1915)

Holanda (1919)

Luta pelo voto teve início na revolução

59 A batalha pelo voto feminino foi iniciada na Revolução Francesa, mas em diversos países, inclusive na França, a mulher só adquiriu o direito após a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, na Constituinte de 1890 surgiram as primeiras manifestações, sem nenhum resultado prático. Somente em 1921 a campanha pelo voto feminino ganha expressão no cenário político brasileiro, graças a influências internacionais.

Em 1926 começaram as discussões de um projeto de reforma da Constituinte visando a aprovação de uma emenda concedendo às mulheres o direito de votar e ser votadas. E no Rio Grande do Norte, no dia 25 de outubro de 1927, o governador Jovenal Lamartine transformou em lei sua proposta de campanha assegurando o direito às mulheres do estado. Um mês depois Celi-
na Guimarães deposita seu voto numa urna, transformando-se na primeira eleitora brasileira.

A primeira mulher a ocupar um cargo eletivo na América do Sul foi Alzira Soriano, como prefeita do município de Lajes (RN). Ao seu lado várias outras mulheres do Rio Grande do Norte também foram eleitas e empossadas. Em 1945 Alzira Soriano elegeu-se vereadora e em 1958 liderou a bancada da UDN (União Democrática Nacionalista).

Mas foi somente em 1932 que o direito de voto se estendeu para todas as mulheres do País, através do Código Eleitoral daquele ano, decreto nº 21076 de 24 de fevereiro, artigo 2º: "É eleitor o cidadão maior de 21 anos sem distinção de sexo, alistado na forma deste código". Como resultado, em 1933 é eleita a primeira deputada do País. A médica Carlota Pereira Queiroz tornou-se a primeira representante feminina no Congresso.

De acordo com os anais do Congresso, a participação de Carlota como parlamentar inclui diversos projetos e emendas na área de educação e direito. Foi ela quem propôs a supressão do final do artigo 107, que tratava da indissolubilidade do casamento.

A segunda mulher a ocupar uma vaga no Congresso foi a feminista Bertha Lutz, criadora da Liga pela Emancipação Feminina, que mais tarde se transformou na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

A partir da década de 70, de acordo com Fanny Tabak, autora do livro "A Mulher Brasileira no Congresso Nacional", a participação feminina na política ganhou força, frente às campanhas eleitorais, indicações de candidaturas femininas e eleição de representantes nos vários níveis do Poder Legislativo. (I.A.)

Fonte: "A Mulher Brasileira no Congresso Nacional — Fanny Tabak